

LEVANTAMENTO DOS MARCOS LÓGICOS E LEGAIS DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA

1. Marcos Lógicos

NORMATIVAS INTERNACIONAIS		
Publicação/Origem		Ementa
Convenção Relativa à Luta contra a Discriminação no Campo do Ensino		Convenção Relativa à Luta contra a Discriminação no Campo do Ensino, adotada pela Conferência Geral na sua 11.ª sessão, Paris, 14 de Dezembro de 1960.
Declaração dos Direitos das Pessoas Deficientes	1975	Elenca quais os direitos das pessoas com deficiência.
Declaração de Sundberg	1981	O documento busca modificar e adequar a sociedade às necessidades das pessoas com deficiência e nela incluí-las.
Conferência Internacional do Trabalho - Convenção sobre Reabilitação Profissional e Emprego de Pessoas Deficientes	1983	Dispõe sobre a Política de Reabilitação Profissional e Emprego Para Pessoas Deficientes.
Declaração Mundial sobre Educação para Todos	1990	Aprovada pela Conferência Mundial sobre Educação para Todos em Jomtien, Tailândia - 5 a 9 de março de 1990, com o objetivo de satisfazer as necessidades básicas de aprendizagem.
Regras Gerais sobre a Igualdade de Oportunidades para Pessoas com Deficiências	1993	O documento visa garantir os direitos essenciais das pessoas com deficiências.
Declaração de Salamanca	1994	Documento que reafirma o compromisso para com a Educação para Todos, reconhecendo a necessidade e urgência de se providenciar educação para as crianças, jovens e adultos com necessidades educacionais especiais dentro do sistema regular de ensino.

Plano de Ação da Declaração de Santiago	1998	Constitui um conjunto de iniciativas concretas destinadas a promover o pleno desenvolvimento dos países do Hemisfério e a assegurar o acesso e a melhorar a qualidade da educação, a promover e a fortalecer a democracia e o respeito aos direitos humanos, a aprofundar a integração econômica e o livre comércio, e a erradicar a pobreza e a discriminação.
Carta para o Terceiro Milênio	1999	A Carta apela aos países-membros para que apoiem a promulgação de uma Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência como uma estratégia-chave para o atingir o objetivo de assegurar os direitos humanos das pessoas com deficiência.
Convenção da Guatemala	1999	A Convenção tem por objetivo prevenir e eliminar todas as formas de discriminação contra as pessoas portadoras de deficiência e propiciar a sua plena integração à sociedade.
Declaração Internacional de Montreal sobre Inclusão	2001	Elenca ações para promoção de uma sociedade inclusiva.
Convenção Interamericana para a Eliminação de todas as formas de Discriminação contra as Pessoas Portadoras de Deficiência	2001	A Convenção tem por objetivo prevenir e eliminar todas as formas de discriminação contra as pessoas portadoras de deficiência e propiciar a sua plena integração à sociedade.
Declaração de Sapporo	2002	Uma convocação da Disabled Peoples International - DPI para pessoas com deficiência de todo o mundo. Aprovada no dia 18 de outubro de 2002 por 3.000 pessoas, em sua maioria com deficiência, representando 109 países, por ocasião da 6ª Assembléia Mundial da Disabled Peoples International - DPI, realizada em Sapporo, Japão.
Declaração de Madri	2002	Aprovada em Madri, Espanha, em 23 de março de 2002, no Congresso Europeu de Pessoas com Deficiência, comemorando a proclamação de 2003 como o Ano Europeu das Pessoas com Deficiência.
Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência	2006	Art. 20 institui medidas efetivas para assegurar às pessoas com deficiência sua mobilidade pessoal com a máxima autonomia possível.

MARCOS NACIONAIS		
Publicação/Origem		Ementa
Plano Nacional de Educação	2001	Documento referência, que contempla dimensões e problemas sociais, culturais, políticos e educacionais brasileiros.

Programa Brasil Sem Homofobia	2004	Trata do Programa de Combate à Violência e à Discriminação contra GLTB (Gays, Lésbicas, Transgêneros e Bissexuais) e de Promoção da Cidadania de Homossexuais “Brasil sem homofobia”.
Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos/ UNESCO	2006	Resultado do trabalho do Comitê Nacional de Educação em Direitos Humanos, instituído pela Portaria 66 de 12 de maio de 2003, da Secretaria Especial dos Direitos Humanos – SEDH, que reúne especialistas da área.
Política Nacional de Educação Especial	2008	Documento elaborado pelo Grupo de Trabalho nomeado pela Portaria nº 555/2007, prorrogada pela Portaria nº 948/2007, entregue ao Ministro da Educação em 07 de janeiro de 2008. que acompanha os avanços do conhecimento e das lutas sociais, visando constituir políticas públicas promotoras de uma educação de qualidade para todos os alunos.

2. Marcos Legais

Tipo	Ident.	Data	Órgão	Ementa
Constituição Federal	-	05/10/88	Assembléia Nacional Constituinte	Constituição de República Federativa do Brasil.
Lei	7.853	24/09/89	PR	Dispõe sobre o apoio às pessoas portadoras de deficiência, sua integração social, sobre a Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência - Corde, institui a tutela jurisdicional de interesses coletivos ou difusos dessas pessoas, disciplina a atuação do Ministério Público, define crimes, e dá outras providências.
Lei	8.069	13/07/90	PR	Dispõe sobre o Estatuto da criança e do adolescente e dá outras providências.
Portaria	1.793	16/12/94	PR	Dispõe sobre a necessidade de complementar os currículos de formação de docentes e outros profissionais que interagem com portadores de necessidades especiais e dá outras providências.
Lei	9.394	20/12/96	PR	Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.
Parecer	14	14/09/99	CNE/CEB	Dispõe sobre as Diretrizes Nacionais para o funcionamento das escolas indígenas.
Parecer	16	05/10/99	CNE/CEB	Dispõe sobre as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional de Nível Técnico.
Resolução	03	10/11/99	CNE/CEB	Fixa Diretrizes Nacionais para o funcionamento das escolas indígenas e dá outras providências.

Portaria	1.679	02/12/99	MEC	Dispõe sobre requisitos de acessibilidade de pessoas portadoras de deficiências, para instruir os processos de autorização e de reconhecimento de cursos, e de credenciamento de instituições.
Decreto	3.298	20/12/99	PR	Regulamenta a Lei no 7.853, de 24 de outubro de 1989, dispõe sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, consolida as normas de proteção, e dá outras providências.
Lei	10.216	04/06/01	PR	Direitos e proteção às pessoas acometidas de transtorno mental.
Parecer	17	03/07/01	CNE/CEB	Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica.
Resolução	02	11/09/01	CNE/CEB	Institui Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica.
Resolução	01	18/02/02	CNE/CP	Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, curso de licenciatura, de graduação plena.
Lei	10.436	24/04/02	PR	Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras e dá outras providências.
Lei	10.558	13/11/02	PR	Cria o Programa Diversidade na Universidade, e dá outras providências.
Lei	10.639	09/01/03	PR	Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências.
Portaria	1.941	16/07/03	MEC	Institui, no âmbito da Secretaria de Educação Média e Tecnológica - SEMTEC, a Comissão Assessora de Diversidade para Assuntos Indígenas.
Portaria	1.942	16/07/03	MEC	Instituir, no âmbito da Secretaria de Educação Média e Tecnológica - SEMTEC, a Comissão Assessora de Diversidade para Assuntos relacionados aos Afrodescendentes.
Decreto	4.876	12/11/03	PR	Dispõe sobre a análise, seleção e aprovação dos Projetos Inovadores de Cursos, financiamento e transferência de recursos, e concessão de bolsas de manutenção e de prêmios de que trata a Lei nº 10.558, de 13 de novembro de 2002, que instituiu o Programa Diversidade na Universidade.
Lei	10.845	05/03/04	PR	Institui o Programa de Complementação ao Atendimento Educacional Especializado às Pessoas Portadoras de Deficiência, e dá outras providências.
Parecer	03	10/03/04	CNE/CP	Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana.
Decreto	5.051	19/04/04	PR	Promulga a Convenção no 169 da Organização Internacional do Trabalho - OIT sobre Povos Indígenas e Tribais.

Decreto	5.397	22/03/05	PR	Dispõe sobre a composição, competência e funcionamento do Conselho Nacional de Combate à Discriminação - CNCD.
Decreto	5.626	22/12/05	PR	Regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o art. 18 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000.